

Resistência e formas de sobrevivência de populações em favelas no (Pós)Pandemia da Covid-19: as relações sociais de moradores(as) no Complexo do Morro da Kibon no âmbito dos DSS e ODS 2030

Sobre este Policy Brief

Este policy brief é um documento técnico-sintético que apresenta evidências produzidas em pesquisa e as traduz em subsídios objetivos para a gestão pública. Seu objetivo é apoiar processos de tomada de decisão com base em dados, análises qualificadas e diagnósticos territorializados.

Ao reunir achados empíricos, identificar problemas estruturais e indicar implicações para políticas públicas, o policy brief busca reduzir a distância entre produção científica e ação governamental. Trata-se de um instrumento voltado à formulação, aprimoramento e monitoramento de políticas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e territoriais.

1. Identificação

Nome do pesquisador: Eduardo Magalhães Rodrigues

Título da pesquisa: *Resistência e formas de sobrevivência de populações em favelas no (Pós)Pandemia da Covid-19: as relações sociais de moradores(as) no Complexo do Morro da Kibon no âmbito dos DSS e ODS 2030*

Área da política pública relacionada: Saúde; Assistência Social; Governança Territorial.

2. Problema

No Sítio Cassaquera (Morro da Kibon), a resposta de sobrevivência no (pós)pandemia foi majoritariamente sustentada por redes internas de moradores, com presença e integração insuficientes do poder público e ausência total do setor privado. O cenário evidencia fragilidade de políticas públicas territorializadas e de mecanismos de articulação continuada com estruturas comunitárias. Destaca-se, contudo, o esforço da UBS Jardim Carla e dos Agentes Comunitários de Saúde da ESF.

3. Evidências empíricas

1. Predominância das redes comunitárias

A rede analisada possui 151 atores e 636 vínculos; aproximadamente 80% das relações de apoio ocorreram entre moradores. A presença do poder público é residual e a do setor privado inexistente.

2. **Ausência de centralidade estatal e privada**

Entre os nós mais centrais e populares da rede não há representação do poder público nem do setor privado lucrativo, indicando baixa integração institucional nas dinâmicas reais de apoio comunitário.

3. **Baixa capilaridade relacional do Estado**

O poder público aparece com apenas 7 nós. A UBS Jardim Carla é o ator público mais conectado (grau total 12), enquanto o Programa Saúde da Família apresenta grau total 1, evidenciando reduzida capilaridade relacional do Estado no território.

4. **Implicações para a Gestão Pública**

Os achados impactam diretamente:

- **Atenção Primária à Saúde (APS), UBS Jardim Carla e Estratégia Saúde da Família (ESF)**, indicando necessidade de maior presença territorial e fortalecimento da capilaridade institucional.
- **Assistência Social**, especialmente na articulação com benefícios e proteção social em territórios vulneráveis.
- **Governança pública local**, que se mostra insuficiente em sua capacidade de integração comunitária no Morro da Kibon.
- **Planejamento municipal para crises**, evidenciando ausência de protocolo estruturado para resposta rápida e territorializada em contextos de emergência.
- **Integração com o setor privado**, cuja omissão, especialmente dos planos de saúde, reforça a fragmentação da proteção social. A pesquisa aponta que a saúde privada opera sob lógica biologicista e medicalizada, desconsiderando determinantes sociais e territoriais.

5. **Recomendações**

1) **Institucionalizar arranjo territorial de governança no Morro da Kibon**

Conectar UBS, ESF e ACS à assistência social (CRAS/CadÚnico, quando aplicável) e aos nós comunitários centrais — lideranças, coletivos, igrejas e organizações locais — criando mecanismo permanente de pactuação e coordenação territorial.

2) **Reforçar a APS extramuros no território**

- a) Ampliar ações regulares realizadas no próprio território (pontos comunitários);
- b) Fortalecer o papel dos ACS como ponte entre Estado e comunidade;
- c) Criar rotinas de comunicação em saúde adaptadas às redes locais, com agentes multiplicadores e estratégias de combate à desinformação mediadas por lideranças comunitárias.

3) **Criar protocolo municipal de proteção social para crises em territórios vulneráveis**

O protocolo deve contemplar:

- a) Segurança alimentar (cestas básicas/refeições);
- b) Acesso simplificado a benefícios e encaminhamentos em saúde e assistência;
- c) Proteção sanitária;
- d) Busca ativa de moradores que desconhecem seus direitos e possibilidades de acesso a benefícios.

6. Determinantes Sociais da Saúde (DSS)

- **Redes de apoio e coesão social (capital social e solidariedade comunitária)**

A sobrevivência no território foi sustentada pela auto-organização local e por nós comunitários centrais, com baixa presença do poder público e ausência do setor privado, fundamentando recomendações de governança territorial pactuada.

- **Acesso e qualidade dos serviços de saúde (APS/AB, UBS, ESF/ACS)**

A UBS aparece como principal ator público conectado, enquanto o PSF apresenta centralidade muito baixa, sustentando recomendações de fortalecimento da APS extramuros e ampliação da capilaridade territorial.

- **Proteção social e acesso a benefícios**

O Bolsa Família surge como nó público presente, porém distante da centralidade comunitária, indicando necessidade de busca ativa, simplificação de acesso e integração entre saúde e assistência social.

- **Trabalho, renda e desigualdade estrutural**

A vulnerabilidade territorial está conectada a desigualdades históricas, concentração de riqueza e subfinanciamento estatal, fundamentando recomendações de protocolos municipais para crises e priorização orçamentária de territórios vulneráveis.

- **Condições de moradia e infraestrutura urbana**

Persistem precariedades relativas a água, saneamento, energia e proteção habitacional, apoiando recomendações intersetoriais e territorializadas.

- **Acesso à informação e mediação comunitária**

Com grupos comunitários e religiosos entre os nós mais centrais, a comunicação em saúde deve utilizar mediadores territoriais como ACS, lideranças e coletivos locais.

- **Governança, participação e capacidade institucional local**

A ausência do poder público entre os nós mais populares reforça a necessidade de institucionalização de arranjos permanentes de governança territorial e coordenação intersetorial contínua

7. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1, ODS 2, ODS 3, ODS 10, ODS 11, ODS 16, ODS 17.